

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.410 - RJ (2019/0064652-2)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **LUIZ CARLOS ZVEITER - RJ071132**
 : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**
RECORRIDO : **DEJAIR CLAUDINO**
ADVOGADO : **ALINE MARTINS FONTES ANTUNES - RJ146687**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

Ação Declaratória cumulada com Obrigação de Fazer e Restituição de Indébito - Cobrança de tarifa de coleta e tratamento de esgoto sanitário - CEDAE - Decisão monocrática dando parcial provimento à Apelação, tão somente para excluir o ressarcimento por suposto dano moral pleiteado na exordial, mantida em julgamento de Agravo Legal.

Recurso repetitivo - Alegada divergência entre o Acórdão proferido por esta Câmara e a orientação pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, que firmou entendimento no sentido da legalidade da cobrança de tarifa de esgoto sanitário.

Retorno dos autos à Câmara para reexame na forma do artigo 543-C, parágrafo 79, inciso 11 do Código de Processo Civil.

Possibilidade de cobrança de metade da tarifa, pois o serviço não é prestado na sua integralidade, porque o Município coleta e transporta o esgoto, havendo repasse de valores pela ré, conforme Convênio firmado entre o Estado do Rio de Janeiro, o Município e a Cedae.

Parcial juízo de retratação, na forma do artigo 543-C, parágrafo 72, inciso II, do Código de Processo Civil, a fim de modificar o Acórdão, dando-se parcial provimento à Apelação da CEDAE - Retorno dos autos à Egrégia Terceira Vice -Presidência para juízo de admissibilidade do Recurso Especial.

A recorrente alega violação do disposto nos arts. 165, 458, II, e III, do CPC/1973 (nulidade do acórdão), no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto 7.217/10 (licitude da cobrança integral da tarifa de esgoto quando há a prestação parcial do serviço, nos termos definidos por esta Corte em sede de julgamento de recurso repetitivo – REsp 1.339.313/RJ – Tema 565 do STJ) e no art. 206, parágrafo 3º, IV, do CC (prescrição trienal).

Contrarrazões às e-STJ fls. 512/518.

Redistribuição do feito para a Primeira Seção (e-STJ fl. 394).

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo 3).

Estabelecida essa premissa, observo que o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que não há "violação dos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal *a quo* apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que o embasam" (AgInt no REsp 1.595.920/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 04/10/2016, DJe 13/10/2016), como verificado no caso.

De outro lado, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.117.903/RS, submetido ao regime dos recursos representativos da controvérsia, concluiu que o prazo prescricional para a cobrança de tarifa de água e esgoto é regido pelo art. 205 do Código Civil; não há, assim, que se falar em prazo prescricional trienal.

Ultrapassados esses pontos, observo que o Tribunal de origem, sem desconhecer a tese firmada nesta Corte em sede de recurso repetitivo (REsp 1.339.313/RJ) admitiu a cobrança parcial da tarifa de esgoto, pelas seguintes razões (e-STJ fls. 444/445):

Na hipótese, indiscutivelmente, os autos revelam que o serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto sanitário é realizado por meio da parceria firmada, em 28 de fevereiro de 2007, pelo Estado do Rio de Janeiro, pela apelante e pelo Município do Rio de Janeiro, conforme se depreende do "Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações" (itens 00202/00215).

Importante consignar, ainda, ter restado expresso no inciso I, da Cláusula Décima Oitava do referido Termo (item 00214), a seguinte previsão: (...).

Logo, encontrando-se disponibilizados os serviços de coleta e transporte de dejetos, ainda que desacompanhados de tratamento e disposição final adequada, torna-se evidente a parcial prestação de serviço pela CEDAE, embora de forma incompleta e imperfeita, a justificar a legitimidade, também parcial, da cobrança, no entanto, reduzindo a 50 % da tarifa de esgoto, porque apenas 02 fases são realizadas.

Entendimento diverso, a permitir a integral cobrança da tarifa, possibilitaria que a empresa continue a prestar a metade do serviço, porque estaria percebendo a tarifa integral, deixando de cumprir a legislação de regência.

Portanto o Acórdão será modificado para declarar a nulidade de cobrança de 50% da tarifa de esgoto, enquanto o serviço não for integralmente prestado, com a condenação da ré à devolução, em dobro, de metade dos valores pagos desde os últimos dez anos anteriores à propositura da ação, com correção monetária a partir do desembolso e juros de mora a contar da citação. (Grifei).

Ocorre que essa conclusão destoa do entendimento firmando nesta Corte Superior no REsp 1.339.313/RJ, sob o rito dos recursos representativos da

controvérsia (Tema 565) de que há suporte legal para a cobrança da tarifa de esgoto, mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades.

Confira-se a ementa do julgado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. (REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013).

Ressalto que, no julgamento do referido paradigma, ficou consignado, no voto do eminente relator, Ministro Benedito Gonçalves, ser "desacertada a determinação da redução proporcional da tarifa cobrada".

Acerca da hipótese:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS. TARIFA DE ESGOTO. REDUÇÃO.

LEGITIMIDADE DA COBRANÇA INTEGRAL. TEMA JULGADO PELO RITO DO ART. 543-C DO CPC (RECURSOS REPETITIVOS). RESP 1.339.313/RJ.

1. No julgamento do REsp 1.339.313/RJ, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, o STJ fixou o entendimento de que se afigura legal a cobrança de tarifa de esgoto, ainda quando detectada a ausência ou deficiência do tratamento dos resíduos coletados, se outros serviços, caracterizados como de esgotamento sanitário, forem disponibilizados aos consumidores.

2. Cumpre salientar, ainda, que no julgamento do referido repetitivo ficou consignado no voto do eminente Relator, Ministro Benedito Gonçalves, que "é desacertada a determinação da redução proporcional da tarifa cobrada". Nesse julgamento, citou como precedente o REsp 1.351.724/RJ, da relatoria do Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 4.2.2013, o qual dispõe: "o acórdão recorrido agiu com desacerto ao determinar a redução proporcional da tarifa cobrada. O valor calculado e cobrado dos municípios, obviamente, abrange apenas os serviços prestados (coleta, transporte e destinação de efluentes), não sendo a tarifa discriminada em função de cada um deles, ou seja, a concessionária não cobra um valor específico para cada item do serviço prestado, mas um valor único, que remunera condignamente a todos eles (coleta, transporte e destinação)". Por óbvio, descabe cobrar por esgoto não coletado ou despejado in natura nas galerias pluviais. Neste último caso, a questão deixa de ser de tratamento de resíduos e se transforma em poluição, o que implica para o Poder Público e suas concessionárias responsabilidade civil ambiental, e não direito a pagamento por serviços inexistentes. Sem dúvida, não foi intuito do Recurso Repetitivo (REsp 1.339.313/RJ) transformar o inadmissível ilícito antissanitário e antiambiental em lícito remunerado, pois não se equivalem, de um lado, uso das galerias pluviais para escoamento de esgoto tratado e, do outro, poluição das galerias pluviais, dos rios e do mar com efluentes sem qualquer forma de tratamento, nem mesmo primário.

3. Estando o acórdão recorrido em desarmonia com a atual jurisprudência do STJ, deve ser reformado o julgado a quo.

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1.794.855/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 30/05/2019).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE PARTE DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO SERVIÇO PRESTADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Este Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.339.313/RJ, processado sob o rito do art. 543-C, do CPC, firmou posição no sentido de que é legal a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue dos efluentes.

2. Também não prospera a pretensão de pagamento proporcional da tarifa cobrada, porque "O valor calculado e cobrado dos municípios, obviamente, abrange apenas os serviços prestados (coleta, transporte e destinação de efluentes), não sendo a tarifa discriminada em função de cada um deles, ou seja, a concessionária não cobra um valor específico para cada item do serviço prestado, mas um valor único, que remunera condignamente a todos eles (coleta, transporte e destinação)" (REsp 1.351.724/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe

04/02/2013).

3. É desnecessário aguardar o trânsito em julgado para a aplicação do paradigma firmado em sede de Recurso Repetitivo ou de Repercussão Geral, conforme reiterado entendimento desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 731.171/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 09/10/2018)

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para julgar improcedente o pedido.

Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, devidamente atualizado. Suspensa a exigibilidade por se tratar de beneficiário de justiça gratuita, conforme dicção do art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator